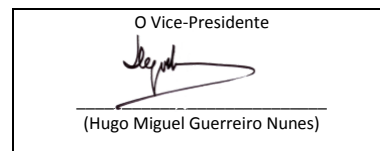




CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



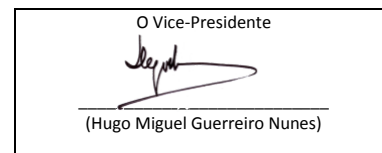
CONCURSO PÚBLICO

CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LAVAGEM INTERIOR E EXTERIOR DE EQUIPAMENTOS DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DE SUPERFÍCIE, NO CONCELHO DE LOULÉ

Caderno de Encargos



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

Artigo 1º

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a contratação de serviços de lavagem e desinfecção no interior e exterior de equipamentos de deposição de superfície, de resíduos sólidos urbanos no concelho de Loulé, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II deste caderno de encargos.

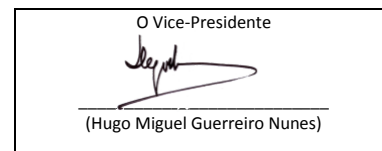
Artigo 2º

Contrato

- 1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



Artigo 3º

Prazo e regime da prestação de serviços

- 1- O contrato vigorará pelo período de 12 meses, estimando-se que iniciem a 02 de janeiro até 29 de dezembro de 2017, inclusive, correspondendo a 260 jornadas de trabalho efectivas.
- 2- Caso até final do ano de 2017 não se extingam as quantidades previstas de jornadas de trabalho, o contrato caducará automaticamente, sem direito ao pagamento de qualquer indemnização pelos trabalhos não efectivados, ou custos associados.
- 3- A prestação de serviços terá lugar de acordo com o estabelecido na parte II do presente caderno de encargos e no planeamento de serviços previsto, ou de acordo com as solicitações da Divisão de Limpeza e Higiene Pública (DLHP). A Entidade Adjudicante reserva-se no direito de alterar o planeamento mediante comunicação prévia ao Adjudicatário.
- 4- O prestador fica obrigado a executar todos os serviços dentro do âmbito do contrato durante o período de vigência do mesmo.
- 5- O Município de Loulé não fica obrigado a contratar todas as intervenções previstas, no período de vigência do contrato.
- 6- O Município de Loulé não fica obrigado a recorrer em regime de exclusividade absoluta à execução dos serviços contratados, a quem venha a ser adjudicado os serviços, embora o recurso a outros prestadores de serviço só deva ocorrer em situações pontuais e residuais relativamente às suas necessidades, devido a circunstâncias imprevistas, ou quando não seja viável recorrer a este em condições ou tempo útil.

Artigo 4º

Obrigações principais do adjudicatário

- 1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:

1.1- Aspetos Gerais

- 1.1.1- O prestador fica obrigado a executar todos os serviços dentro do âmbito do contrato durante o período de vigência do mesmo;
- 1.1.2- O Adjudicatário deverá zelar para que, as áreas adjacentes e envolventes às zonas de intervenção se mantenham em adequado estado de conservação e limpeza, devendo para tal, efetuar uma limpeza na área onde decorreram os serviços;
- 1.1.3- As viaturas a utilizar pelo Adjudicatário na realização da prestação de serviços deverão manter-se com boa imagem e em bom estado de conservação, sendo obrigatoriamente lavadas e desinfetadas após cada dia de



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

utilização, bem como objeto de assistência mecânica adequada e sujeitas a vistorias permanentes. As viaturas deverão estar operacionais e ter um funcionamento silencioso e o menos poluente possível;

1.1.4- O Adjudicatário deverá cumprir o previsto na parte II do presente caderno de encargos e respeitar os horários indicados pelos serviços da Entidade Adjudicante, com uma tolerância de 15 minutos;

1.1.5- O Adjudicatário deverá ter capacidade logística suficiente para que, perante a ocorrência de qualquer contingência ou avaria de viaturas, poder dar continuidade aos serviços;

1.1.6- Em caso de interrupção de serviços por avaria nas viaturas, ou quaisquer outros motivos alheios a esta Entidade Adjudicante, deverá o Adjudicatário:

i) Proceder no prazo máximo de 24 horas à sua substituição por viaturas com as características definidas nos pontos 1.1.9 e 1.1.10 da parte II do presente CE;

ii) Contactar os serviços da DLHP a informar de imediato a situação e, a comunicar a matrícula da viatura de substituição, bem como a duração da alteração prevista de modo, para que, no caso de se tratar da viatura de recolha de resíduos, se proceda à autorização de descarga para essa viatura;

1.1.7- Sempre que haja impossibilidade de substituição de viaturas no prazo previsto no ponto 1.1.6 do presente artigo, o Adjudicatário deverá assegurar a continuidade da execução dos serviços conforme planeamento, sob pena de ser responsabilizado por incumprimento contratual, caso tal não se verifique;

1.1.8- Em caso de falta de elementos nas equipas o Adjudicatário deverá proceder de imediato à sua substituição por trabalhadores de funções idênticas, não sendo tolerados atrasos no início da jornada de trabalho;

1.1.9- Nas situações em que o Adjudicatário detecte danos nos contentores de superfície, ou qualquer ocorrência que impeça a execução do serviço, estes deverão ser comunicados a estes serviços através da ficha de execução de serviço, relatando aspectos considerados pertinentes, tais como: o tipo de ocorrência ou dano no equipamento e a localização do mesmo;

1.1.10- O Adjudicatário será responsável pelo manuseamento dos equipamentos no decorrer do serviço. Assim, caso a Entidade Adjudicante detecte imediatamente após a execução dos serviços a existência de anomalias/danos nos equipamentos que impeçam a sua futura recolha, e para as quais não haja um registo anterior, reserva-se no direito de imputar ao Adjudicatário os custos da reparação dos mesmos, senão da sua substituição, caso se verifique necessário. A substituição dos contentores será efectuada tendo em consideração as características do equipamento danificado;

1.1.11- O Adjudicatário obriga-se a fornecer todos os elementos necessários a uma correta avaliação do trabalho efetuado, que lhe sejam solicitados pela Entidade Adjudicante;

1.1.12- A título acessório o Adjudicatário fica obrigado a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;

1.1.13- Os encargos decorrentes de todos os equipamentos necessários na execução de serviços serão suportados pelo Adjudicatário;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

1.1.14- Os encargos decorrentes da segurança e sinalização a colocar nos locais de intervenção, de acordo com o definido no ponto n.º 1.3. e 1.4. do presente artigo, são da inteira responsabilidade do Adjudicatário;

1.1.15- São da responsabilidade do Adjudicatário todos os encargos inerentes à completa execução dos serviços, com excepção do indicado no ponto 1.1.24 e 1.1.30 da parte II do presente CE.

1.2- Planeamento do serviço

1.2.1- Os serviços serão executados em consonância com o planeamento efetuado pelos serviços da DLHP, após adjudicação podendo estes sofrer alterações mediante comunicação prévia;

1.2.2- Sempre que os trabalhos previstos não forem efetuados de acordo com a programação de execução dos serviços prevista, ou sempre que hajam outros desvios ao definido no CE, o Adjudicatário fica obrigado a informar de imediato a DLHP e no prazo de 24 horas, a contar da data em que tome conhecimento do facto, a comunicá-lo por escrito, sob pena de ser responsabilizado por incumprimento contratual.

1.3- Identificação e sinalização

1.3.1- O Adjudicatário fica obrigado, a adotar os procedimentos de sinalização, cumprindo as normas em vigor, de forma a garantir a sua visibilidade e segurança, bem como a de terceiros, durante os períodos de paragem para efetuar a lavagem dos equipamentos de deposição;

1.3.2- Ficará a cargo do adjudicatário a colocação de sinalização adequada, sendo da inteira responsabilidade deste quaisquer prejuízos que a falta ou deficiência de sinalização possa ocasionar, quer ao desenvolvimento dos trabalhos, quer a terceiros.

1.4- Higiene e Segurança

1.4.1- O Adjudicatário deverá respeitar toda a legislação e regulamentação aplicável em vigor, ou que vier a entrar em vigor, nomeadamente a legislação no âmbito da saúde higiene e segurança no trabalho, relativamente a todo o pessoal utilizado para a realização da prestação de serviços, sendo da sua responsabilidade os encargos que de tal resultem;

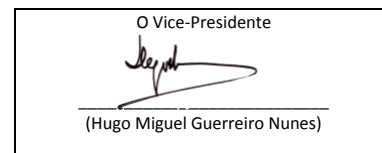
1.4.2- O Adjudicatário deverá comunicar imediatamente à Câmara Municipal de Loulé, todos os acidentes ocorridos durante a prestação de serviços;

1.4.3- O Adjudicatário obriga-se a avaliar todos os riscos associados a cada intervenção e a definir as medidas de prevenção adequadas;

1.4.4- Cabe ao Adjudicatário garantir que os seus trabalhadores possuem os conhecimentos técnicos inerentes às tarefas que lhes forem confiadas, bem como dos riscos que lhe estão associados, e que dispõem de adequados equipamentos de trabalho, de proteção coletiva e de proteção individual;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



1.4.5- O pessoal afeto à prestação de serviços deverá possuir fardamento apropriado e completo, de acordo com as indicações de higiene e segurança que o serviço requer e legalmente aplicáveis, assim como a respetiva identificação.

2- A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, e materiais que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Artigo 5º

Controlo e fiscalização dos serviços prestados

1- Direção técnica:

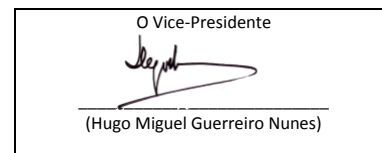
- O Adjudicatário deverá confiar a direcção técnica da prestação de serviços a um técnico com a qualificação mínima de Engenheiro Licenciado;
- O Director Técnico da prestação de serviços deve ser indicado pelo Adjudicatário à Câmara Municipal de Loulé, com a sua identificação completa, qualificação técnica e o seu contacto telefónico;
- Sempre que convocados pela Câmara Municipal, o Director Técnico afecto à prestação de serviços deverá comparecer nos locais da convocatória;
- A Câmara Municipal de Loulé poderá impor a substituição do Director Técnico da prestação de serviços desde que esta seja fundamentada por escrito.

2- Fiscalização:

- Compete à Câmara Municipal de Loulé, o controlo e fiscalização dos serviços prestados;
- A Câmara Municipal de Loulé reserva-se no direito de controlar e fiscalizar os serviços nos termos que entender por conveniente;
- A Câmara Municipal de Loulé poderá fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e, bem como, das cláusulas do contrato de prestação de serviços, podendo para tal, exigir as informações e os documentos que considerar necessários;
- A prestação de serviços fica também sujeita à fiscalização que, em virtude de legislação especial, incumba a outras entidades.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



Artigo 6º

Responsabilidade Civil e Seguros

- 1- O adjudicatário será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos, causados à entidade adjudicante e a terceiros, que resultem das atividades exercidas no âmbito da prestação de serviços contratada.
- 2- O adjudicatário fica obrigado a dispor de apólices de seguro válidas, contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal que presta serviço e a terceiros, responsabilidade civil, contra danos provocados à entidade adjudicante ou a terceiros, que deverá apresentar à Entidade Adjudicante antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o seja solicitado.

Artigo 7º

Sigilo

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade adjudicante.

Artigo 8º

Preço contratual

- 1- Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao prestador de serviços de acordo com os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2- Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante.

Artigo 9º

Condições de pagamento

- 1- As quantias devidas pela Entidade Adjudicante deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

- 2- O Adjudicatário apresentará mensalmente a fatura relativa aos serviços contínuos prestados no mês em causa, de acordo com os preços unitários apresentados, devidamente acompanhada do relatório de execução de serviços.
- 3- O pagamento dos serviços efectuados apenas será processado, após a apresentação do relatório de execução de serviço pelo Adjudicatário, e após a validação e aprovação do mesmo, pela DLHP. Serão apenas facturados os dias efectivos de trabalho, entendendo-se como dias efectivos, uma jornada de trabalho completa, de acordo com o definido no ponto 1.1.3 da parte II do presente CE;
- 4- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Artigo 10º

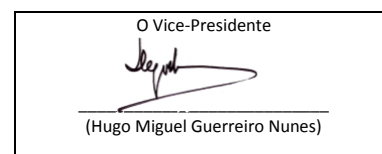
Penalidades contratuais

1- Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Nos trabalhos que sejam fruto de incúria ou deficiente prestação de serviços será aplicada uma pena pecuniária que corresponde a 50% do valor unitário da jornada de trabalho não executada ou executada de forma deficitária de acordo com os preços unitários apresentados pelo Adjudicatário;
- b) Sempre que não seja cumprido o definido nos pontos 1.1.6 e 1.1.7 do artigo 4º (referente a viaturas) será aplicada uma pena pecuniária calculada com base no valor unitário global adjudicado, correspondente a 5% deste, e caso a Entidade Adjudicante assim o entenda, a rescisão do contrato, sem direito ao pagamento de qualquer indemnização por trabalhos não executados, bem como ao pagamento de custos que daí advenham;
- c) Sempre que não seja cumprido o definido no ponto 1.1.8 do artigo 4º (equipa de trabalho incompleta) será aplicada uma pena pecuniária calculada com base no valor unitário da jornada de trabalho, correspondente a 50% deste, de acordo com os preços unitários apresentados pelo Adjudicatário;
- d) Sempre que numa jornada de trabalho o Adjudicatário não atinja o número de equipamentos intervencionados de acordo com o definido no ponto 1.1.8 da parte II do presente CE, será aplicada uma pena pecuniária calculada com base no valor unitário da jornada de trabalho, correspondente a 50% deste, de acordo com os preços unitários apresentados pelo Adjudicatário. Em caso recorrente, com mais de três jornadas consecutivas ou interpoladas, será ainda aplicada uma pena pecuniária calculada com base no valor global adjudicado, correspondendo a 1% do mesmo;
- e) Sempre que o Adjudicatário não realize qualquer intervenção prevista no plano de trabalhos conforme definido no ponto 1.1 da parte II do presente CE, por motivos alheios à Entidade Adjudicante, e sem a sua autorização



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



prévia, será aplicada uma pena pecuniária correspondente a 10% do valor global adjudicado, e caso a Entidade Adjudicante assim o entenda a rescisão de contrato, sem direito ao pagamento de qualquer indemnização por trabalhos não executados, bem como ao pagamento de custos que daí advenham;

f) Em caso de falsidade ou falta de rigor no preenchimento dos registos diários de serviço, será aplicada uma pena pecuniária calculada com base no valor global adjudicado, correspondendo a 1% do mesmo. Em caso de reincidência dará direito a rescisão imediata do contrato, sem direito ao pagamento de qualquer indemnização por trabalhos não executados, bem como ao pagamento de custos que daí advenham;

g) Sempre que se verifique o não cumprimento do disposto no ponto 4 da parte II do presente CE (requisitos a que ficam obrigados os fornecedores da DLHP), será aplicada uma pena pecuniária que corresponderá a 1% do valor global adjudicado da prestação de serviços;

h) Sempre que se verifique o não cumprimento dos prazos estabelecidos para entrega dos relatórios de execução do serviço ou documentos/respostas a solicitações da Entidade Adjudicante, será aplicada uma pena pecuniária que corresponderá a 1% do valor global adjudicado da prestação de serviços;

i) Em caso de incumprimento contratual de qualquer uma das situações descritas nas alíneas anteriores do artigo 10º, de forma recorrente (consecutivamente ou interpolada), a Entidade Adjudicante reserva-se no direito de proceder à rescisão imediata do contrato, sem direito ao pagamento de qualquer indemnização ou custos que daí possam advir, prescindindo do pagamento de qualquer pena pecuniária por parte do Adjudicatário;

2- O valor das penalidades contratuais a aplicar, serão creditados a favor da autarquia ou deduzidos na fatura do contrato correspondente ao mês seguinte, a favor da Entidade Adjudicante, conforme aplicável.

Artigo 11º

Força maior

1- Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

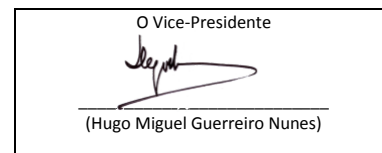
2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 12º

Resolução por parte da Entidade Adjudicante


1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.
- b) Sempre que os trabalhos previstos não forem efetuados de acordo com a programação de execução dos serviços prevista, ou sempre que hajam outros desvios ao definido no Caderno de Encargos, o Adjudicatário fica obrigado a informar por escrito, no prazo de 24 horas a contar da data em que tome conhecimento do facto, a Divisão de Limpeza e Higiene Pública sob pena de ser responsabilizado por incumprimento contratual.
- c) Nos termos da alínea i) do artigo 10º.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

Artigo 13º

Resolução por parte do adjudicatário

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2- Nos casos previstos na alínea *a)* do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.

3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 14º

Execução da caução

1- A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações do contrato, pode ser executada pelo contraente público sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades.

2- A resolução do contrato pela Entidade Adjudicante não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.


Artigo 15º

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

Artigo 16º

Comunicações e notificações

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Artigo 17º

Preço base

O preço base do procedimento é € 122.200,00 (cento e vinte e dois mil e duzentos euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, e corresponde ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

Artigo 18º

Preço anormalmente baixo

De acordo com o disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 71º do CCP, considera-se que o preço total da proposta é anormalmente baixo, quando este for igual ou inferior a € 61.100,00 (sessenta e um mil e cem euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 19º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

O Vice-Presidente



(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

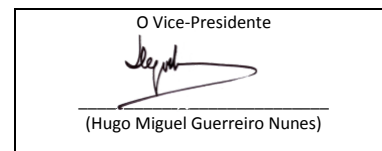
Artigo 20º

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



PARTE II- CLÁUSULAS TÉCNICAS

1. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1.1- Descrição

- 1.1.1- A área de intervenção apresenta-se como o concelho de Loulé;
- 1.1.2- Os serviços deverão ser prestados de 2.^a feira a 6.^a feira (incluindo feriados), prevendo-se 260 dias de trabalho efetivo, com início após notificação da adjudicação;
- 1.1.3- Os trabalhos deverão ser efetuados em horário diurno, sendo que, para cada intervenção deverá ser considerada uma jornada de trabalho de 7 horas efetivas, em regime de jornada contínua, com início às 07h00;
- 1.1.4- As viaturas afetas aos serviços deverão ficar parqueadas nas instalações do Parque dos Serviços Urbanos da Franqueada;
- 1.1.5- Os equipamentos encontram-se distribuídos por 7 circuitos de recolha de resíduos estimando-se cerca de 2.200 equipamentos na sua totalidade;
- 1.1.6- Os equipamentos em causa são de policloreto de vinilo (PVC) de 800, 1.000 e 1.100 litros, e metálicos de 800 litros;
- 1.1.7- Estima-se que na execução dos serviços sejam percorridos diariamente cerca de 80 km, sendo que, o início e o fim da jornada de trabalho serão efetuados no Parque de Serviços Urbanos, na Franqueada, freguesia de S. Sebastião, em Loulé;
- 1.1.8- Estima-se que sejam higienizados por jornada de trabalho, no mínimo 35 equipamentos;
- 1.1.9- A lavagem e desinfeção mecânica dos contentores de superfície deverá ser efetuada com recurso a uma viatura lava-contentores com: uma capacidade, no mínimo, de 8 m³, um sistema de lavagem a frio de alta pressão e um kit de desinfeção, e uma data de construção, no mínimo, de 2008. A viatura lava-contentores deverá possuir uma cisterna com capacidade de armazenamento distinta para a água limpa e a água resultante do processo de lavagem, preferencialmente com 4000 litros para cada um;
- 1.1.10- Este trabalho deverá ser efetuado de forma coordenada com uma viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos com caixa compactadora de 15 m³ de recolha traseira adequada à tipologia de contentores existente (sistema DIN), com data de construção, no mínimo, de 2008;
- 1.1.11- As caixas que equipam as viaturas lava-contentores e de recolha de resíduos deverão ser perfeitamente estanques de modo a evitar escorrências para a via pública;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

- 1.1.12- O serviço de lavagem de contentores deverá ser efetuado por uma equipa constituída por 1 motorista e 1 cantoneiro que efectuará a recolha dos resíduos e, ainda outra equipa afeta à viatura lava-contentores constituída por 1 motorista e 1 cantoneiro;
- 1.1.13- Os trabalhos de lavagem e desinfecção deverão ser efetuados na via pública e/ou nas instalações do Parque dos Serviços Urbanos, se necessário;
- 1.1.14- Os contentores localizados em zonas de difícil acesso deverão ser levados pelos serviços da Entidade Adjudicante para as instalações do Parque de Serviços Urbanos, ou outro local a acordar, para posterior lavagem, sendo garantido pelos serviços da Entidade Adjudicante que os locais permanecem providos de equipamentos de deposição;
- 1.1.15- Deverá ser efetuada uma pré-lavagem manual, através de escovilhões, raspadores e/ou outros tipos de equipamentos antes da entrada destes na viatura lava-contentores, de modo a que os contentores fiquem em perfeitas condições de higiene e limpeza;
- 1.1.16- No serviço a efetuar deverá ser dada especial atenção aos recantos e rebordos dos equipamentos, pelo que estes deverão ser devidamente lavados, esfregados e desinfetados, de modo a ficarem desprovidos de todo o tipo de gorduras e odores desagradáveis;
- 1.1.17- Após a operação de lavagem, os equipamentos deverão ser recolocados nos respetivos locais, deverão ser devidamente fechados e travados (caso disponham de travões);
- 1.1.18- A recolha de resíduos urbanos deverá ser executada imediatamente antes do procedimento de lavagem. Para os devidos efeitos entende-se por “resíduo urbano” os resíduos provenientes de habitações, bem como outros resíduos, que por sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos provenientes de habitações;
- 1.1.19- A água necessária para a execução do serviço de lavagem será fornecida pela Câmara Municipal de Loulé, podendo o Adjudicatário abastecer a viatura com água no Parque de Serviços Urbanos, onde se inicia a jornada de trabalho;
- 1.1.20- A descarga das águas residuais resultantes da lavagem dos contentores poderá igualmente ser feita no Parque de Serviços Urbanos;
- 1.1.21- Caso seja entendimento dos serviços da Entidade Adjudicante, a última etapa da lavagem consistirá em afixar um autocolante de vinil em cada equipamento com a informação de data de execução do serviço de lavagem. O fornecimento deste material será da responsabilidade do Adjudicatário, encontrando-se o layout e o conteúdo informativo do autocolante sujeito a aprovação pela Entidade Adjudicante;
- 1.1.22- Aquando do término dos serviços em cada equipamento, deverá ser efetuada uma lavagem na envolvente dos mesmos, nomeadamente no pavimento, e caso existam ecopontos na proximidade, o exterior dos mesmos;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

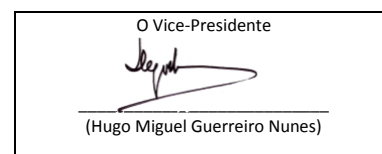
- 1.1.23- Fará parte da ação de limpeza a remoção de eventual publicidade afixada nos equipamentos e remoção de grafitis, devendo o Adjudicatário utilizar todos os utensílios e produtos que julgue necessário para garantir a eficácia do serviço, sem quaisquer encargos adicionais para a Entidade Adjudicante;
- 1.1.24- Os produtos químicos para a lavagem de equipamentos a utilizar na prestação de serviços, são da responsabilidade da Entidade Adjudicante, devendo o Adjudicatário dotar-se dos mesmos antes do início da jornada de trabalho, no Parque dos Serviços Urbanos da Franqueada;
- 1.1.25- Deverão ser utilizados dois produtos químicos, um produto desinfetante e um detergente bactericida, os quais deverão ser aplicados com pulverizadores, tendo em consideração as dosagens previstas nas fichas técnicas dos mesmos, a fornecer pela Entidade Adjudicante;
- 1.1.26- Caso a fiscalização detete situações de equipamentos em mau estado de limpeza após a execução dos serviços, a Entidade Adjudicante reserva-se no direito de exigir ao Adjudicatário a repetição da lavagem, sem que estes sejam contabilizados no total de equipamentos lavados diariamente;
- 1.1.27- De modo a garantir as condições de higiene e limpeza pretendidas, a lavagem e desinfecção dos equipamentos de deposição, deverá ser efetuada de acordo com as indicações dos serviços da Entidade Adjudicante, envolvendo o planeamento e periodicidade que os serviços assim o entenderem;
- 1.1.28- Será fornecida a cada equipa, uma ficha diária para registo do serviço, a qual após cada jornada de trabalho, deverá ser entregue ao responsável dos serviços da DLHP devidamente preenchida;
- 1.1.29- Os resíduos urbanos resultantes da execução dos serviços objecto do presente procedimento deverão ser atempadamente transportados a destino final adequado (estação de transferência ou aterro sanitário), nomeadamente Estação de Transferência Faro-Loulé-Olhão e Aterro Sanitário do Sotavento;
- 1.1.30- Os encargos inerentes à deposição de resíduos urbanos resultantes da execução da prestação de serviços são da responsabilidade da Entidade Adjudicante;
- 1.1.31- Após adjudicação, o Adjudicatário deverá fornecer atempadamente à DLHP a matrícula da viatura de recolha de resíduos que efectuará o transporte dos resíduos, de modo a que, os serviços da DLHP procedam à comunicação da mesma para autorização de descarga nas instalações definidas no ponto 1.1.29;
- 1.1.32- Após a jornada de trabalho deverá ser entregue ao responsável dos serviços da DLHP, juntamente com a ficha de registo de serviço, o talão de pesagem fornecido pela ALGAR, SA., referente à deposição dos resíduos nas instalações definidas no ponto 1.1.29.

2. RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

- 2.1- O Adjudicatário fica obrigado a entregar mensalmente aos serviços da DLHP, um relatório formal em formato digital ou em papel, no qual conste, o resumo das intervenções efectuadas no mês corrente, com elementos essenciais, tais como: os equipamentos alvo de intervenção com a respetiva data de execução dos mesmos, bem como, se aplicável, uma nota descritiva de eventuais ocorrências ou notas de relevância que tiveram lugar, no decurso dos serviços;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



2.2- O Adjudicatário deverá ainda fornecer os dados abaixo indicados referentes à prestação de serviços:

a) Indicadores de desempenho e dados associados às variáveis:

Serviços a executar	Indicador	Unidades
Recolha de Resíduos	Quilómetros percorridos	km/intervenção
	Consumo de combustível/intervenção	l/intervenção
Lavagem de equipamentos de deposição	Quilómetros percorridos	km/intervenção
	Consumos de combustível/intervenção	l/intervenção
	Consumos de produtos químicos /intervenção	l/intervenção
	Consumo de água /intervenção	l/intervenção

- b) Indicação de todas as reclamações recebidas, identificação das causas das mesmas e correção e/ou ações corretivas;
- c) Indicação dos incidentes de trabalho, com identificação das causas e respetivas ações de melhoria implementadas;
- d) Registo do conta-quilómetros das viaturas afetas à prestação de serviços no dia 31 de dezembro de 2016.

2.4- Caso seja entendimento dos serviços da Entidade Adjudicante, poderá ser solicitado ao Adjudicatário o preenchimento em impressos próprios/ficheiros para os dados referidos nas alíneas anteriores, ou outros considerados relevantes.

3. INSPEÇÃO DOS LOCAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

É da responsabilidade do concorrente a inspeção da área de intervenção de modo a efetuar os levantamentos que entender necessários para a elaboração da sua proposta.

4. REQUISITOS A QUE FICAM OBRIGADOS OS FORNECEDORES DA DLHP

A Divisão de Limpeza e Higiene Pública, tem um Sistema de Gestão Integrado (SGI) implementado e certificado, cujo âmbito se aplica a todos os seus fornecedores e subcontratados, pelo que estes ficam obrigados a cumprir os seus requisitos.

4.1- Requisitos Gerais

4.1.1- Os concorrentes deverão garantir que os requisitos aplicáveis no âmbito do SGI e nomeadamente a informação contida no presente documento, será considerada na elaboração da sua proposta, bem como em caso de adjudicação são comunicados e cumpridos pelos seus colaboradores e subcontratados;

4.1.2- Para garantir o cumprimento dos requisitos definidos, os prestadores ficam sujeitos a possíveis auditorias ou ações de fiscalização, a realizar por colaboradores da DLHP, ou de outra entidade contratada para o efeito, sempre que esta o entender;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

4.1.3- O prestador fica obrigado a disponibilizar os meios necessários ao normal decurso das ações de fiscalização ou auditoria, devendo igualmente, sempre que solicitado, e aplicável, facilitar o acesso a instalações bem como ao fornecimento de dados, documentos, ou outros elementos solicitados pela DLHP, ou por quem for designado para o efeito;

4.1.4- O Adjudicatário é avaliado periodicamente no âmbito do impacte no serviço, cliente e ambiente relativamente à execução do contrato. A periodicidade de avaliação é definida pela DLHP;

4.1.5- A avaliação do Adjudicatário será efetuada com base nos seguintes critérios, se outros não se encontrarem definidos no momento de avaliação:

- a. Qualidade dos serviços prestados;
- b. Prazo de execução dos trabalhos;
- c. Capacidade de resposta a reclamações;
- d. Cumprimento das obrigações ambientais;
- e. Cumprimento das normas de higiene e segurança;
- f. Serviços prestados de acordo com o presente CE;
- g. Capacidade técnica;
- h. Equipamento adequado à execução do serviço.

4.1.6- Em qualquer momento pode a DLHP solicitar resposta a inquéritos ou questionários;

4.1.7- Sempre que a DLHP considere justificável, poderá solicitar ações de melhoria ao Adjudicatário, de forma a contribuírem para o aumento da satisfação dos clientes e qualidade dos serviços prestados;

4.1.8- Os prestadores que trabalhem em nome da DLHP devem demonstrar evidências das competências dos seus colaboradores, para a gestão dos aspetos ambientais significativos das suas atividades. Caso não haja registos de competências, devem os prestadores providenciar ações de formação/sensibilização para o efeito, comprovando a aquisição dessas competências. A DLHP poderá considerar e registar o acompanhamento da atividade dos fornecedores/prestadores, de forma a verificar a eficácia da formação providenciada.

4.2- Requisitos Ambientais

4.2.1- Regras Gerais

- a) O Adjudicatário deve atuar de acordo com a regulamentação e legislação em vigor relativa à proteção do ambiente;
- b) O Adjudicatário deve verificar se os equipamentos e máquinas a utilizar não ultrapassam os níveis de ruído permitidos por lei e, caso tal aconteça, devem aplicar as medidas corretivas necessárias;
- c) Os produtos aplicados no âmbito de serviços prestados à DLHP deverão estar em cumprimento com toda a legislação ambiental nacional e comunitária aplicável;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

 (Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

- d) Devem ser adotadas todas as medidas e boas práticas de gestão ambiental, com vista ao controlo e minimização de impactes ambientais, nomeadamente redução da produção de resíduos, gestão adequada dos mesmos, bem como diminuição da poluição do ar, água, solo e ruído para o exterior;
- e) Os prestadores que trabalhem em nome da DLHP devem enviar dados relativos ao consumo de combustível e água, aquando da sua prestação de serviços à DLHP;
- f) O custo de reparação de eventuais danos ambientais causados pelo desrespeito das regras ambientais definidas neste documento será imputado à empresa responsável pela situação.

4.2.2- Gestão de Resíduos

Resíduos produzidos pelo Fornecedor no decorrer das suas atividades


- a) É da responsabilidade dos fornecedores da DLHP, assegurar a gestão dos resíduos produzidos no decorrer das suas atividades, devendo garantir o respetivo acondicionamento, identificação, transporte e encaminhamento para destino final adequado por operadores autorizados. Deverá ser enviada à DLHP uma cópia da(s) licença(s) do operador(es) de gestão de resíduos;
- b) Na sequência do envio dos resíduos para destino final adequado, deverão preencher o modelo A da Guia de Acompanhamento de Resíduos (Mod. 1428 da INCM), e enviar uma cópia do triplicado (destino final/destinatário) à DLHP, no prazo máximo de 30 dias a contar da data de deposição;
- c) No Plano de Gestão de Resíduos, deve constar de entre outros elementos que se considere oportunos:
 - ☒ Tipologia (designação) dos resíduos produzidos pelo adjudicatário decorrentes da execução das suas atividades;
 - ☒ Código da Lista Europeia de Resíduos (LER), de acordo com a Portaria 209/2004 de 3 de Março;
 - ☒ Classificação dos resíduos em termos de perigosidade;
 - ☒ Práticas propostas relativamente ao acondicionamento e armazenamento temporário;
 - ☒ Destino Final Adequado (destino, empresa, operador);

Resíduos geridos pelo Fornecedor no âmbito da execução de um contrato

- a) Os resíduos recolhidos pelo Adjudicatário provenientes da execução de um contrato, são da responsabilidade do Adjudicatário e geridos por este nomeadamente no que diz respeito ao encaminhamento e deposição em destino final adequado, através de entidades licenciadas e aprovadas pela Câmara Municipal de Loulé.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

4.2.3- Produtos / substâncias químicas

- a)** Não poderão ser utilizadas/incorporadas substâncias proibidas por lei;
- b)** É obrigatório o envio de Fichas Técnicas e Fichas de Segurança em português a acompanhar todos os produtos químicos, substâncias químicas, fornecidas à DLHP, ou aplicadas no âmbito de contrato celebrado;
- c)** Não é permitido o despejo de qualquer produto químico nas redes de drenagem de águas residuais e águas pluviais, bem como no meio recetor;
- d)** De forma a evitar a ocorrência de derrames ambientais devem executar-se todos os trabalhos de trasfega de resíduos líquidos assim como o acondicionamento, sobre bacias de retenção;
- e)** Sempre que se recorrer à utilização de produtos ou substâncias químicas devem ser tomadas todas as medidas que se mostrem necessárias de modo a não pôr em causa a Saúde Pública.
- f)** As embalagens vazias deverão ser recicladas, recuperadas ou eliminadas, de acordo com a legislação em vigor.

4.3- Requisitos de Segurança

4.3.1- Os fornecedores deverão cumprir as normas de segurança aquando da utilização de equipamentos/máquinas;

4.3.2- Os fornecedores devem assegurar a formação dos trabalhadores no que respeita ao uso e manutenção dos equipamentos de trabalho e de proteção coletiva e individual.